

SISTEMAS DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Num momento da história mundial em que globalização e direitos humanos são assuntos inerentes ao dia-a-dia dos povos, penso ser de suma importância a conferência que ora se inaugura. Na verdade, vejo-a como um significativo marco na ingente luta das nações contra o desrespeito à dignidade do homem.

Durante os próximos dias, estarão reunidos magistrados de vários países, juristas, especialistas em direitos humanos, professores, todos de reconhecida proficiência, para debater, sob os mais variados enfoques, o papel dos sistemas de justiça na implementação dos direitos humanos, bem como na prevenção da violação desses direitos. E o farão como ponto de partida para uma cooperação permanente entre os judiciários dos Estados participantes.

Senhoras e Senhores, é do conhecimento de todos que, há quase sessenta anos, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Desde então, numerosos são os acordos internacionais assinados, incontáveis as ações e programas direcionados à salvaguarda dos direitos da pessoa, quer como indivíduo, quer como integrante da sociedade.

A exemplo, é notório o progresso do Brasil em termos de direitos humanos. Certo é que o nosso compromisso com essa causa é antigo, remontando à adesão do País à Declaração Universal e, posteriormente, a importantes pactos internacionais.

* Palavras proferidas na abertura da Conferência Inter-Regional sobre Sistemas de Justiça e Direitos Humanos, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF, 18.9.2006.



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

Tal compromisso assumiu maior concretude com a Carta Magna de 1988, denominada, com propriedade, a Constituição Cidadã e considerada uma das mais avançadas do mundo. A nossa Lei Maior, além de privilegiar a igualdade de todos os brasileiros perante a lei, elenca valiosos e abundantes mecanismos que se destinam ao resguardo da cidadania e dos direitos individuais, coletivos e sociais, além de erigir o Poder Judiciário em garante do Estado democrático de direito.

Particularmente, o Superior Tribunal de Justiça, cuja missão é assegurar a autoridade e a uniformidade das normas federais infraconstitucionais, também está engajado nessa batalha. Isso não só mediante decisões humanizadas que primam por procurar dar a cada um o que é seu, mas também através dos projetos de inclusão social por ele desenvolvidos.

Contudo, em sã consciência, não podemos afirmar que existe, de fato, aqui e em outros países, uma substancial promoção dos valores ético-jurídicos fundamentais da Declaração dos Direitos do Homem, isto é, paz e solidariedade universal, igualdade e fraternidade, liberdade e dignidade da pessoa humana, proteção legal dos direitos, justiça, democracia e dignificação do trabalho. É flagrante, nos dias que correm, o desrespeito aos direitos basilares, já preconizados naquele instrumento, nas constituições e leis das nações.

Aí está a mídia a nos molestar, diariamente, com imagens dos crimes que amiúde são perpetrados contra o que há de mais sagrado para o homem: a dignidade. Causam-nos perplexidade a exploração sexual de crianças e adolescentes; o trabalho escravo, mormente o de menores; o tráfico de mulheres para fins de prostituição; o preconceito racial, muitas vezes não-ostensivo, como no Brasil; o extermínio de indefesos civis a qualquer ou a nenhum pretexto; as atrocidades cometidas nos interiores



das penitenciárias; a violência contra a mulher; a negligência para com idosos e deficientes, entre outros.

Vemos, pois, que longo ainda é o caminho a percorrer rumo à consolidação da real democracia, a qual, no seu bojo, traz a efetivação dos direitos humanos e, conseqüentemente, a cidadania sem exclusão.

Para o percorrermos vitoriosos, não enxergo outra perspectiva no âmbito de cada país, senão o fortalecimento e a credibilidade das instituições, aliados ao esforço conjunto dos poderes constituídos. É sabido que, sem instituições políticas sólidas e confiáveis, não há sustentação ao Estado democrático de direito. Perenes e fortes, como devem ser, constituem elas a garantia da liberdade individual e da efetiva tutela dos direitos humanos, incumbindo aos sistemas judiciários grande parcela de responsabilidade. Sim, porque, comungando o pensamento do imortal Rui Barbosa, considero que “de nada aproveitam leis, bem se sabe, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder, quanto na sua missão”.

Na esfera internacional, faz-se mister o estabelecimento, cada vez maior, de parcerias que visem à validação e cumprimento dos pactos existentes e ao fomento de ações na promoção dos direitos humanos. Além disso, faz-se mister a multiplicação de encontros como este, para o estreitamento do diálogo e da cooperação jurídica internacional na busca da implementação de tão relevantes direitos.

Ao agradecer o convite para participar deste magno evento, felicito, de antemão, as instituições promotoras, pois, com certeza, aqui brotarão idéias inteligentes, raiarão novos e mais amplos horizontes para a construção de sociedades marcadas pela humanidade, pela igualdade, pela cidadania plena.



Muito obrigado a todos.

